

Discurso na cerimônia de assinatura dos atos que estabelecem novas políticas de desenvolvimento regional, criam as Agências de Desenvolvimento e os Fundos de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste e extinguem a Sudam, a Sudene, o Finam e o Finor

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 2 DE MAIO DE 2001

Senhores Ministros; Senhoras e Senhores; Senhor Ministro Fernando Bezerra,

O ato que vamos firmar, neste momento, tem um significado histórico. Vamos modificar, sensivelmente, o modo de funcionamento da Sudam e da Sudene. E a Sudene é um órgão que tem um simbolismo. Eu me recordo, como muitos de nós, aqui presentes, o que significou a formação da Sudene: significou o momento em que Celso Furtado propôs que houvesse uma preocupação especial com o Nordeste do Brasil e com as regiões mais atrasadas. Foi fruto da obsessão de Celso Furtado em combater as oligarquias, em transformar as regiões menos desenvolvidas do Brasil, mas não apenas no sentido da transformação, digamos assim, econômica, física, também no sentido da transformação política dessas regiões.

Pertenço a uma geração que acompanhou isso de perto. Não vou me esquecer nunca do dia em que fui a Recife, com o então meu assistente, hoje sociólogo Leôncio Martins Rodrigues, quando eu fazia uma pesquisa sobre os empresários do Brasil, inclusive os do Nordeste, e fui

visitar as usinas de açúcar, e fui à casa do Celso, na Praia da Boa Viagem. De lá, mais tarde, fui ao Engenho Galiléia, onde havia uma luta pela terra, dirigida por Francisco Julião, para verificar o que estava acontecendo no Nordeste, e era uma transformação social e econômica, que impunha a necessidade de um planejamento.

A Sudene foi um órgão planejador. Não era um órgão repartidor de recursos, apenas. E, muito menos, um órgão para repartir recursos para os mesmos. Era outra coisa. Era um órgão para modificar a forma pela qual se fazia o Orçamento do Brasil e dar relevo à necessidade de transformações profundas. É com esse espírito, Ministro, que estamos, hoje, modificando a Sudene. Para sermos fiéis às origens da Sudene.

Refiro-me à Sudene porque ela tem história mais longa do que a Sudam, e prestou serviços. O Nordeste, hoje, é outro Nordeste, a tal ponto que, hoje, a questão do planejamento tem que ser pensada em termos nacionais. Vossa Excelência é o Ministro dessa área, e a criação do Ministério da Integração Nacional foi para isso.

Fizemos muitas tentativas, Ministro, de modificar estruturas arcaicas. Não é fácil. Nós estamos assistindo no Brasil, agora, aos estertores do Brasil arcaico, na parte da administração, e com suas conseqüências políticas.

O esforço de modernização do Estado brasileiro é um esforço de democratização. Nesses anos em que estou à frente do Governo, modificamos muita coisa. Os Ministros da área econômica, que estão aqui presentes, sabem que em toda a área econômica o clientelismo e o corporativismo estiveram fora. Não há uma só instituição, uma só agência – Caixa Econômica, Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia – nenhuma delas em que o critério de distribuição de recursos tenha sido outro senão o critério da competência.

E, se erro houve, o erro cabe aos dirigentes e não à pressão política, porque não houve pressão política para que se desse empréstimo a esse ou àquele. Os que são mais afeitos com a História do Brasil, sabem que esses órgãos, num passado recente, recentíssimo, eram instrumentos do clientelismo, da corrupção. E nós acabamos com ela.

Modificamos, sensivelmente, os Ministérios da área social. Desligamos o Ministério da Saúde, o da Educação, o da Reforma Agrária, o da Previdência Social do corporativismo e do clientelismo. Os escândalos da merenda escolar – e ainda quando eu era Ministro da Fazenda, havia na área da saúde, as compras de remédio, os atrasos, de quatro, cinco meses para transferir dinheiro para o SUS, não por responsabilidade do Presidente, porque leviano eu não sou, não acuso terceiros daquilo pelo qual não são responsáveis – muitas vezes, sequer do Ministro – eram cotidianos.

O escândalo da merenda escolar, nas compras, aqui, em Brasília, era objeto dos jornais. Tudo isso desapareceu, porque nós quebramos os elos clientelísticos e corporativos. Não posso negar que, aqui ou ali, possam existir. Mas, no coração do governo, nessas áreas, não.

Tenho o prazer de dizer que não dei uma concessão de rádio ou de televisão a quem quer que seja, porque acabei com o poder que o Presidente tinha de distribuir concessões de rádio e televisão. Hoje, só nas áreas educativas, e olhe lá. Acabei com a corrupção que existia no Congresso Nacional através da distribuição de rádio e televisão.

E alguém, que queira analisar a radiografia do poder político no Brasil, vai ver que ele está ligado à concessão de rádios e televisão. Não dei uma sequer, e disso me orgulho. E o Ministro Sérgio Mota foi o grande elemento que ajudou a quebra disso.

Quebramos também todo o clientelismo que havia nas empresas estatais. Só nas telefônicas, havia 125 ou mais diretores nomeados politicamente. Hoje, não há nenhum. De modo que a mim, ninguém vai dar, nunca, lição de como combater a corrupção e o clientelismo. Ninguém. Porque nós não fizemos outra coisa esses anos todos a não ser fazer com que o Estado brasileiro se torne um Estado mais transparente, mais apto a responder àquilo que a população deseja.

Não é do meu estilo estar apontando com o dedo quem é ladrão. À polícia e à Justiça cabe fazer isso. Mas é do meu dever fazer o que fiz. Mudei a estrutura do Estado brasileiro para que os focos de reprodução do arcaísmo e da corrupção deixassem de sobreviver.

O mais difícil ficou para o fim. Tentei acabar com o Dnocs uma certa vez, Ministro, por Medida Provisória. O Congresso Nacional repôs o Dnocs tal como ele era. Nós vamos extinguir não é a Sudene, no seu espírito, esse espírito vai ser renovado. Mas houve a captura da Sudene e, sobretudo, da Sudam, por interesses que não são aqueles que motivaram os seus idealizadores. E isso não foi fácil. Vossa Excelência foi nomeado para isso. Em seu discurso de posse, disse que iria alterar profundamente as instituições. Agora é possível, porque nós temos essa ação política, porque há um clamor nacional que permite isso ao Presidente da República. E eu espero que o Congresso Nacional não altere isso, como fez com o Dnocs, e permita ao Presidente da República alterar para melhor essas agências.

Nós vamos até o fim, alterando as condições de reprodução do Brasil arcaico, que é o Brasil do clientelismo, que é o Brasil do corporativismo, e que, junto com eles, abre espaço à corrupção.

Diga-se de passagem: a imensa maioria dos casos que estão sendo discutidos hoje, são casos do passado, que estão sendo revelados porque a sociedade brasileira, através de sua mídia e de vários setores políticos, não aceita mais isso. E o Governo vê isso com bons olhos. E não fará nada, reitero, para encobrir. Uma coisa é a aliança política para seguir um programa e mudar o Brasil, outra coisa são erros pessoais, cometidos por quem quer que seja, que não têm porque ser acobertados.

De modo que, Ministro, nós vamos extinguir hoje a forma atual da Sudam e da Sudene. E os projetos em andamento, nessas Superintendências, vão ser reavaliados e terão a sua viabilidade econômica e financeira analisada, e somente aqueles considerados viáveis e que não apresentarem qualquer irregularidade terão continuidade.

A União será sucessora dessas agências. Por que digo isso? Porque a extinção das Superintendências não prejudicará as investigações em andamento, que vão continuar no seu curso normal, e não vai, tampouco, arrefecer o empenho do Governo em apurar irregularidades e buscar a recuperação dos recursos desviados. Vossa Excelência tem carta branca e deu carta branca àqueles que estão incumbidos dessa matéria, sem nenhuma restrição.

Agora vamos criar uma Agência de Desenvolvimento da Amazônia e outra do Nordeste, que vão ser encarregadas de gerir o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste. Esses fundos contarão com um montante de recursos superior à média dos incentivos fiscais, que é a sistemática atual, dos últimos anos, preservando-se o nível de aplicação em cada região. E eles vão constituir dotação orçamentária que será repassada integralmente ao Tesouro na forma de duodécimos. Para o ano 2001, nós temos 770 milhões de reais, que é o que já está lá. Em 2002, vai depender se houver contrapartida dos estados, e os estados poderão tê-las por razões técnicas que Vossas Excelências explicarão depois, porque eles terão um acréscimo no fundo de participação, isso pode chegar a 1 bilhão e 200 milhões de reais.

O que isso significa, sobre o gasto atual, de 40 a 50% de aumento efetivo de recursos, ou seja, as regiões não estão sendo prejudicadas em termos financeiros. Não se trata de uma manobra do governo para retirar recursos das regiões, senão de outra coisa: de alterar a forma pela qual eles se destinarão. Esses recursos serão feitos sob a forma de investimentos contra a emissão de debêntures em favor dos fundos. E metade dessas debêntures será convertida em ações pelas agências e a participação dos fundos, nos projetos, será oferecida à venda após a maturação do empreendimento, gerando novos recursos.

Ou seja, nós não vamos extinguir os fundos, nós vamos modificá-los. Por que, como é hoje? Hoje é um incentivo fiscal, que é aparentemente voluntário, dado pelas empresas, que precisam de escritório de agenciamento (artigo 9º) desses incentivos fiscais, que faz com que haja a possibilidade de acordos que estão sendo denunciados, hoje, entre particulares. De tal maneira que os recursos são superavaliados nos projetos, são mal avaliados pelo órgão que devia avaliá-los bem. E esses recursos, em parte, ficam como parcela de comissão para os escritórios que encaminham os pedidos de recursos.

Não existindo uma avaliação continuada, esses recursos podem, eventualmente, ser mal gastos. Isso desaparece daqui por diante. Desaparece por várias razões, porque a viabilidade econômico-financeira vai

ser avaliada por um organismo externo à agência, e somente os projetos aprovados poderão ser apoiados pelo Fundo. Além do mais, haverá uma fiscalização pelos agentes operadores externos, como o Banco do Nordeste ou o BNDES, órgãos que têm a capacitação para, até que a agência possa possuir um corpo efetivo que analise a viabilidade econômica-financeira, dar a garantia de que, efetivamente, o projeto é viável. E, sendo viável, essas debêntures são convertidas em ações e vão para o mercado, ou seja, não é o Estado que vai ficar com o ônus de ter gasto um dinheiro que depois nunca mais volta.

Haverá, também, um conjunto de órgãos de controle para evitar fraudes. Não será a mesma agência que doa quem vai fazer a avaliação, nem será ela a única a fazer a fiscalização, embora, também, caiba a ela a fiscalização. Obviamente, o Ministério de Integração Nacional criará os órgãos necessários para, no caso da Sudene, ter um funcionário responsável e outro na Sudam.

É preciso que os estados também participem desse processo. Haverá definições sobre a maneira como irão participar desse processo, mas nós estamos mudando, integralmente, a forma de destinação dos recursos, de controle dos recursos e de gerenciamento dos recursos com o propósito de voltar ao espírito original da Sudene e da Sudam. E reitero – e aqui não faço acusação, porque não é o meu papel –, há diferenças entre a Sudam e a Sudene, que são reconhecidas, reitero que a Sudene teve um papel importante na reorganização do Nordeste e que eu espero que com essa agência esse papel seja mais eficaz ainda.

Com essas palavras, eu queria transmitir, com muita ênfase: acho que essa MP é um marco que só pode ser feito por causa da grande crítica existente no Brasil quanto ao desperdício, à fraude, à corrupção, e ela corresponde ao que este governo está fazendo desde o seu primeiro dia. Citei, aqui, os vários setores do Estado nos quais nós operamos dessa mesma maneira e, por sorte, nós estamos, agora, mexendo nos setores ainda remanescentes. E, certamente, as oligarquias que estão por trás desses interesses – algumas são plutocracias – hão de cair,

também, progressivamente, com essas extinções para o bem de um Brasil mais justo e mais democrático.

Está assinada a medida provisória. E eu pediria, agora, que o Ministro Fernando Bezerra prestasse os esclarecimentos que acaso fossem julgados convenientes pela mídia.

Muito obrigado.